



Participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2015 e na Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação

(PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, 3 E 4 DE FEVEREIRO DE 2015)

Delegação da AR :

- Deputado Paulo MOTA PINTO (PSD), *Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE)*;
- Deputado Eduardo CABRITA (PS), *Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP)*;
- Deputado Mário RUIVO (PS), *Vice-Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho (CSST)*;
- Deputado Ivo OLIVEIRA (PS), *Membro da CAE*;
- Deputado Paulo SÁ (PCP), *Membro da COFAP*;
- Deputado João FIGUEIREDO (PSD), *Membro da CSST*.

Apoio Técnico:

- Maria João Costa, Representante Permanente da AR junto da União Europeia
- Alexandra Pereira da Graça, Assessora da CAE

Enquadramento

A Semana Parlamentar Europeia 2015 teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, tendo contado com a participação de parlamentares da União Europeia para debater questões de coordenação das políticas económicas, orçamentais e sociais.

No quadro da Conferência tiveram lugar dois eventos:

A Reunião Interparlamentar relativa à Semana Parlamentar Europeia - os ciclos 2014 e 2015 do Semestre Europeu, realizada no contexto da preparação dos relatórios do Parlamento Europeu para as prioridades do Ciclo do Semestre baseado na Análise de Crescimento Anual. Esta Reunião teve como objetivo o reforço da dimensão democrática do processo de decisão e da cooperação entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, com vista ao escrutínio das ações do executivo ao nível nacional e europeu no âmbito do Ciclo do Semestre (no dia 3 de fevereiro de 2015).



A Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação co-organizada e co-presidida pelo Saeima da República da Letónia e pelo Parlamento Europeu. Esta Reunião teve como objetivo debater questões no âmbito do Artigo 13.º, nomeadamente sobre a implementação do Pacto Orçamental e a dimensão social da União Económica e Monetária (UEM). Esta Conferência pretendeu desenvolver a cooperação dos Parlamentos relativamente às matérias relacionadas com o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se no seguinte sítio internet:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/conferences/european-parliamentary-week.html>

O registo vídeo e áudio da reunião está igualmente disponível:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20150203-0900-COMMITTEE-BUDG-EMPL-ECON>

Dia 3 de fevereiro de 2015 – Semana parlamentar europeia - os ciclos 2014 e 2015 do Semestre Europeu.

1. Sessão plenária: “O quadro europeu de governação económica: balanço e desafios”

A sessão foi presidida pelo Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, tendo produzido aloquções o Presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, a relatora do relatório sobre “Análise do quadro de governação económica: balanço e desafios”, **Pervenche Berès**, a Deputada do Parlamento da Letónia, **Lolita Cigane** e o porta-voz da CDU sobre as questões orçamentais do Bundestag, **Norbert Barthle**.

Na sessão de abertura, o Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, deu as boas-vindas aos participantes, e pronunciou-se sobre a importância da coordenação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais e a necessidade de fortalecer o controlo democrático do Semestre Europeu. A integração europeia implica uma maior aproximação entre os Membros ao Parlamento Europeu e os Deputados dos Parlamentos nacionais e apela a uma maior participação destes no quadro da subsidiariedade. Há necessidade de ter mais Europa em relação à política orçamental e as Comissões de Orçamento desempenham um relevante papel ao verificarem o cumprimento dos orçamentos pelos Estados-Membros. Antes da adoção de decisões pelo Conselho era necessário garantir a responsabilidade democrática ao nível dos Parlamentos nacionais e, no âmbito do Semestre Europeu, pressionar a Comissão Europeia.

O Presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, em seguida, começou por referir que o que estava em causa, e tinha sido mencionado pelo anterior orador era uma chamada de atenção à Comissão Europeia. Desde o início do processo de Maastricht tinha sido a favor da coordenação

das políticas económicas. Prosseguindo, fez referência à evolução histórica desde o mencionado processo de Maastricht, passando pela revisão dos pacotes *six pack* e *two pack*, pelo Plano de investimentos Juncker e a perspetiva de complementaridade do triângulo virtuoso do ciclo orçamental; as regras para as reformas estruturais; a orientação das políticas para o crescimento e a criação de emprego; a iniciativa de emprego para os jovens e o envolvimento do Comissário Europeu para o Emprego. Em particular, o plano de investimentos para a Europa, no montante de 315 mil milhões de euros, era fruto das negociações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. Tratava-se de um compromisso assumido perante os cidadãos europeus, constituindo um mudança de paradigma. Pretendia garantir que as subvenções não seriam meras transferências mas que, realmente, os montantes reservados chegariam à economia real e, neste sentido, tinha sido apelado ao Banco Europeu de investimentos que dela se aproximasse. O plano de investimentos vinha completar o triângulo virtuoso do ciclo orçamental. Eram necessárias políticas orientadas para o crescimento e a criação de emprego; acrescentar mais flexibilidade ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) com vista a considerar os investimentos mais específicos. A gestão entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e os Parlamentos nacionais deveria ter contornos mais amigáveis, isto é, os Comissários deveriam deslocar-se mais vezes aos Estados-Membros. Da mesma forma, os programas de ajustamento a serem implementados deveriam ser precedidos de uma avaliação de impacto para permitir a análise das consequências para os países a eles submetidos.

Em seguida, intervieram a relatora da iniciativa “Análise do quadro de governação económica: balanço e desafios”, Deputada Pervenche Berès, a Deputada ao Parlamento da Letónia, Lolita Cigane e o porta-voz da CDU sobre as questões orçamentais do Bundestag, Norbert Barthle.

Pervenche Berès realçou o facto de o montante atribuído ao plano de investimentos ser importante, na medida em que teria que ser colmatado o défice de investimento na UE, o que implicava analisar a eficácia da governação económica e a necessidade do debate democrático para definir as políticas económicas.

Lolita Cigane pronunciou-se sobre a governação económica, de acordo com a perspetiva nacional. No contexto da visão para o desenvolvimento económico, o Semestre Europeu constituía um instrumento para o alcançar. Destacou os seguintes aspetos essenciais: os 3 pilares que o Parlamento nacional elegeram foram - a ação coordenada para o investimento, o compromisso para as reformas estruturais e a responsabilidade orçamental e o controlo da dívida. O Parlamento letão espera desenvolver uma maior cooperação com a Comissão Europeia no contexto do Semestre Europeu, afigurando-se também que os Parlamentos nacionais, em ligação com os respetivos Governos, deviam definir as políticas adequadas.

O porta-voz da CDU sobre as questões orçamentais do Bundestag, **Norbert Barthle** começou por referir que, existindo um défice de implementação, o objetivo seria o de estabilidade e crescimento, a consolidação orçamental e a necessidade de mais investimento. Em matéria de consolidação orçamental mencionou a crise do euro e a necessidade de confiança para construir a Europa. O Estado deve criar um clima favorável para os investimentos, e as reformas estruturais devem ser reforçadas na Europa. É necessário incrementar os estímulos para que os países possam



implementar as políticas. Contar com mais investimento é a pedra basilar para ter finanças sustentáveis e, para isso, é necessária mais inovação e mais competitividade, derrubando obstáculos administrativos; e ainda contar com mais investimentos não financiados através de novas dívidas.

Seguiu-se um período de debate, tendo intervindo o **Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PS)** que sublinhou o facto de as políticas económicas seguidas terem chegado à exaustão do ideal europeu. Em Portugal, o sistema da Troica constituiu um erro e revelou ser contra o sistema democrático. Assinalava como aspetos positivos, contudo, a inclusão do debate com os Parlamentos nacionais e o facto de o Banco Central Europeu apoiar a estabilidade financeira. Era importante que não fossem os cidadãos a pagar pelos erros dos banqueiros. O Parlamento português apoiava o plano de investimentos anunciado. Era positiva a ideia de reforçar os investimentos estruturais na economia, energia e transportes e apoiar a flexibilidade do PEC para não ter que enfrentar apenas a via da austeridade.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus também se inscreveu mas, dado o elevado número de inscrições a Mesa não deu seguimento ao uso de palavra.

2. Reunião interparlamentar das Comissões - Sessões de trabalho organizadas pelas Comissões dos Assuntos Económicos e Monetários, do Emprego e dos Assuntos Sociais e dos Orçamentos do Parlamento Europeu

*No final da manhã decorreram **as reuniões das Comissões interparlamentares** organizadas pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) – na qual participaram os Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS), Ivo Oliveira (PS) e Paulo Sá (PCP); pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) – na qual participaram os Senhores Deputados João Figueiredo (PSD), Mário Ruivo (PS); e pela Comissão dos Orçamentos (BUDG).*

2.1. Sessão de trabalho organizada pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

2.1.1. O primeiro painel foi dedicado ao tema “**A coordenação europeia sobre a planificação fiscal agressiva, a fraude e evasão fiscais**” e teve como oradores o membro da Comissão ECON e coordenador do PPE na Comissão, **Burkhard Balz**, o membro da Comissão ECON, **Anneliese Dodds**, e o Diretor da Direção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira da Comissão Europeia, **Valère Moutarlier**.

Os aspetos focados pelos oradores incidiram fundamentalmente em:

A falta de ética e de justiça para com os contribuintes; a criação de um ambiente pouco favorável para a competitividade das empresas; a fraude e evasão fiscais atingem todos os Estados-Membros; as questões transfronteiriças que exigem soluções específicas; a necessidade de assegurar que todas as empresas que operam na UE devem cumprir com as suas obrigações

fiscais e a defesa do controlo de forma coordenada e concentrada; a necessidade de modernizar os sistemas fiscais; o Parlamento Europeu pretende ir mais além do que as políticas do IRC e nesse sentido, apresentará um relatório, contendo recomendações sobre a forma como aumentar o nível de transparência; a necessidade de alterar a Diretiva relativa às empresas em matéria de transparência para evitar abusos no quadro do sistema fiscal e o apelo aos Estados-Membros para que cheguem a acordo; a Comissão de Inquérito sobre práticas de contencioso em matéria fiscal e os resultados a que chegou, cuja apresentação se esperava na primavera do corrente ano; o combate à fraude e evasão fiscais e o aparecimento do *Luxleaks*; a existência de um acordo de princípio com vários Estados-Membros; a existência de PME europeias com diferentes níveis de pagamento de impostos e a necessidade de ter uma lista das empresas e de consultores que cometeram fraude fiscal; necessidade de ter meios e recursos para enfrentar as multinacionais, neste domínio; a necessidade de assegurar que o debate em torno da fiscalidade seja mais inclusivo e a mudança de política face aos paraísos fiscais; urgência e vontade de orientar a agenda europeia da fiscalidade; o contributo da Comissão Europeia através do Plano de Ação adotado em 2012 em matéria de transparência fiscal (sigilo bancário), de *tax ruling* e a tributação das empresas nos locais onde operam; a Comissão Europeia e a identificação no PTCE para 2015 da análise da fiscalidade das empresas e a forma de reavivar a dinâmica da matéria coletável consolidada, a dimensão dos custos administrativos e a diminuição das dificuldades das transferências, as competências atribuídas aos Estados-Membros; e no âmbito do Semestre Europeu as recomendações por país; e, por fim, a necessidade da criação de um ambiente mais propício ao crescimento e ao emprego.

Seguiu-se um período de debate.

2.1.2. O segundo painel foi dedicado à “**Responsabilidade das autoridades de supervisão dos serviços financeiros, em particular no que se refere à União Bancária**” e esteve a cargo da Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e membro da Comissão ECON, **Danuta Hübner** e do membro da Comissão ECON e Coordenadora no Grupo *Socialists and Democrats* (S&D), Elisa Ferreira.

Os principais aspetos focados pelas oradoras recaíram em:

O Banco Central Europeu (BCE) gozando de legitimidade, confere confiança ao sistema, e o trabalho por si produzido foi escrutinado na Comissão ECON; o BCE ao ter uma função mais alargada exige-se-lhe maior nível de responsabilização, pois tem que apresentar contas perante o Parlamento Europeu; a questão que se levanta é relativa à forma como criar mecanismos de responsabilização ao nível nacional sem cair no perigo de fragmentação no contexto europeu; o BCE enfrenta novos desafios de legitimidade; quanto ao mecanismo de supervisão único, as negociações estavam a meio caminho; o papel do Parlamento Europeu é ainda reduzido na sua base jurídica e para o alterar só introduzindo mudanças no Tratado; no quadro da União Bancária ainda não havia uma garantia de depósitos únicos, estando em curso a tentativa de garantir um *backstop* sólido; a evolução do processo de construção bancária e o papel do Parlamento Europeu neste domínio.

Seguiu-se o período de debate, no qual intervieram os **Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS) e Paulo Sá (PCP)**.

O **Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PS)** começou por saudar a importância do papel cumprido pelo Parlamento Europeu no domínio da União Bancária, designadamente pelo desempenho que a Senhora Deputada Elisa Ferreira teve na negociação deste dossiê. Os progressos do mecanismo único de resolução, já em funcionamento, devem ser acompanhados pela garantia dos depósitos, pilar fundamental para a confiança dos cidadãos no sistema bancário europeu. Importava encontrar soluções para que os contribuintes deixassem de responder pelas situações de falência dos Bancos europeus, cumprindo recordar a legitimidade democrática e a prioridade a conceder à prestação de contas. O sistema único de supervisão, passando a ser responsável pelo acompanhamento dos maiores bancos europeus, não dispensará a *accountability* junto do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais. Expondo o sistema que vigora em Portugal, salientou que os Bancos nacionais prestam contas perante o Parlamento nacional. Naquele momento, estava em curso um inquérito parlamentar, a cargo de uma Comissão criada para o efeito, para averiguação da resolução de um importante Banco português. Neste contexto, era de evitar que o mecanismo único de resolução conduzisse ao enfraquecimento dos mecanismos de controlo democrático, uma vez que é fundamental o acompanhamento parlamentar destas questões.

O **Senhor Deputado Paulo Sá (PCP)** usou da palavra para, no início da sua intervenção, se pronunciar sobre a crise internacional de 2007-2008, na sequência da qual os governos nacionais e a União Europeia introduziram alterações nos mecanismos de supervisão do sistema bancário. Considerou que os problemas do setor financeiro não se resolvem aumentando a supervisão, o que era comprovado pela situação vivida em Portugal, onde, após a utilização de milhares de milhões de euros dos contribuintes para salvar um Banco privado, foram melhorados, por via legislativa, os mecanismos de supervisão, o que não impediu que, em 2014, o Estado português tivesse de injetar um montante assinalável de dinheiros públicos num outro Banco privado com problemas. Tendo em conta a perda de soberania e a importância que representa a Banca, como setor estratégico para a economia portuguesa, rejeitava a União Bancária.

A sessão de trabalho relativa à Comissão ECON está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20150203-1115-COMMITTEE-ECON>

2.2. Sessão de trabalho organizada pela Comissão sobre o Emprego e Assuntos Sociais (EMPL)

2.2.1. O primeiro painel incidiu sobre “Emprego e *scoreboard* dos indicadores sociais nos Processos dos desequilíbrios macroeconómicos tendo em conta o desemprego jovem”

Marita Ulvskog, Presidente em exercício da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, deu as boas-vindas e referiu que, para atingir os melhores resultados na dimensão social é necessário conhecer as realidades dos Estados-Membros e coordenar as melhores práticas para que outros Estados-Membros possam daí retirar boas ideias. Considerou que sobretudo deve existir uma lógica inerente às medidas nas áreas sociais, que promova coerência e dê sinais positivos para o mercado de trabalho. Considerou ainda que as opções políticas não podem sustentar a desregulamentação do trabalho com o objetivo de criar mais trabalho, pois os postos de trabalho assim criados serão tendencialmente trabalhos precários. Do mesmo modo, considerou que a União Europeia não pode competir através de políticas de salários baixos. Outro problema identificado prende-se com a dificuldade dos jovens de iniciar uma vida familiar pois não conseguem ter a estabilidade, que só lhes poderá advir de condições de trabalho dignas e de um vínculo laboral. De igual modo, aludiu às crescentes desigualdades sociais, que se verificam em alguns Estados-Membros aos níveis da década de 20. O fosso entre ricos e pobres, de acordo com o último Relatório da *Oxfam*, atingiu níveis muito preocupantes ao nível global. Concluiu referindo que é necessário construir uma política enquadradora dos mercados de trabalho, que garanta trabalho em condições.

De seguida tomou a palavra **Maria del Mar Angulo Martínez**, Deputada da Comissão do Tesouro e Administração Pública do Senado de Espanha, que traçou o retrato da atual situação laboral em Espanha. Referiu que graças às reformas do mercado laboral foram possíveis recuperar 625 mil empregos, o que representa uma mudança nunca antes ocorrida em Espanha. Paralelamente às reformas das leis laborais foram também efetuadas reformas estruturais, que tiveram sempre como prioridade o emprego jovem. Nesse contexto deu conta de que no auge da crise, cerca de 858 mil jovens não estavam nem a trabalhar nem a estudar. No âmbito das cerca de 100 medidas aprovadas pelo Governo espanhol para combater o desemprego jovem, realçou medidas relacionadas com a promoção do emprego, promoção de melhores condições do trabalho independente, promoção de contratos sem prazo e combate ao falso trabalho temporário. Referiu que na sequência destas medidas a contratação a prazo diminuiu e os números relativos à contratação sem prazo de jovens com menos de 25 anos tem vindo a crescer. Aludiu ao sucesso da aplicação da Garantia Jovem em Espanha. A concluir referiu que é necessário um compromisso que envolva todos os Estados-Membros, para que possa existir um efeito multiplicador e para que se reúnam esforços com vista a criar emprego e a melhorar a coesão social.

No debate que se seguiu intervieram vários Deputados, tendo salientado os seguintes aspetos: risco de dumping social, desequilíbrios sociais, números do desemprego ainda elevados nos Estados-Membros, desemprego jovem, introdução de indicadores que devem permitir evidenciar questões de desigualdade em razão do género ou das possibilidades sociais, referência às situações nacionais, necessidade de uma estratégia global que possa impulsionar uma estratégia de emprego europeia, desequilíbrios salariais, incidência fiscal sobre o trabalho, crítica às políticas de baixos salários, desemprego jovem camuflado, imigração para fora da Europa e financiamento da Garantia Jovem.

Neste debate interveio ainda o **Senhor Deputado João Figueiredo (PSD)**, que recordou o programa de ajustamento em Portugal e referiu que tinham sido implementadas diferentes reformas estruturais, e de entre estas a reforma da legislação de trabalho. Afirmou que algumas dessas reformas começavam agora a dar os seus frutos e aludiu à taxa de desemprego de 13,4%, que se encontra atualmente num nível idêntico a 2011. Considerou que o Governo português tem, nas diferentes políticas, manifestado preocupações com aqueles que menos têm. Neste âmbito deu o exemplo do Programa governamental de emergência social, que minorou os efeitos da crise. Paralelamente foram introduzidas políticas públicas de emprego, que pretenderam combater o desemprego, embora ainda hoje os números do desemprego jovem sejam muito elevados. Referiu ainda a aposta do Governo na educação vocacional. Concluiu a sua intervenção, referindo que a situação laboral em Portugal é hoje melhor.

Também neste painel, interveio o **Senhor Vice-Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho, Deputado Mário Ruivo (PS)**, que começou por defender a necessidade de reforçar a dimensão social europeia. Acrescentou que, mais do que olhar para as estatísticas do prisma ideológico, importava olhar para a realidade das pessoas. Nesse sentido referiu que a austeridade aumentou as desigualdades e aumentou o desemprego. Referiu que em Portugal o desemprego jovem situa-se nos 35% e não será mais alto devido ao número elevado de emigrantes jovens. Considerou que no decurso da aplicação do programa de ajustamento, foram tomadas medidas que agravaram a pobreza a níveis insustentáveis. Finalmente considerou que é necessário criar condições para que possam ser introduzidas medidas sociais para combater a pobreza e a desigualdade social.

2.2.2. O segundo painel foi dedicado ao “Impacto do Plano de Investimento da Comissão Europeia (incluindo os objetivos do Fundo Europeu para os Investimentos estratégicos e os objetivos para o emprego jovem) na criação de emprego”

Edmundo Wittbrodt, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado da Polónia, começou por traçar o quadro da situação da Polónia, referindo o aumento do número de jovens que querem frequentar a universidade. De seguida aludiu às potencialidades do Plano de Investimento da Comissão Europeia, pois tem potencialidade para proporcionar um aumento de empregos se for canalizado para a economia real. No entanto, recordou a Estratégia de Lisboa para referir que uma boa estratégia não funciona sem vontade política, pelo que considerou que o Plano de Investimento pode ter boas intenções, mas só por si será insuficiente. Paralelamente realçou a importância de tornar as diretrizes e a fundamentação de decisões transparentes para que possa ter sucesso. No entanto, referiu que o esquema de alavancagem e o efeito multiplicador lhe suscitam dúvidas. De igual modo, partilhou os seus receios sobre a opção de concentrar investimento em programas estratégicos nacionais, considerando que talvez não sobre muito dinheiro para as Pequenas e Médias Empresas, que são as grandes geradoras de emprego. Concluiu referindo que projetos nas áreas da energia, acesso à internet e transportes são muito importantes, mas os resultados demorarão muito tempo e a Europa talvez precise de resultados mais rápidos.

Dominic Hannigan, Presidente da Comissão conjunta de Assuntos Europeus do Parlamento Irlandês, começou por referir que na União europeia existem atualmente cerca de 24 milhões desempregados, sendo muitos deles jovens. Realçou que este número deve estar presente quando se debate estas questões para se perceber a urgência da criação de emprego. No entanto, esta criação de emprego não acontecerá sem desenvolvimento e sem crescimento económico. Por isso mesmo, considerou que seria importante que os países periféricos da União fossem considerados prioritários na concessão de investimentos a longo prazo. Recordou o défice de investimento da Europa em comparação com os Estados Unidos da América (EUA) ou com a China e referiu que o Fundo de Investimento apenas estará disponível no outono. Considerou que era urgente trabalhar afincadamente desde já, pois a Europa não pode perder uma geração enquanto espera pelos resultados dos projetos financiados pelo “Plano Juncker”, os quais demorarão aproximadamente 7 anos a serem concretizados. Realçou que sobretudo os jovens não podem esperar e que os Estado-Membros que têm condições económicas para investir, deviam fazê-lo de imediato. Referiu que a Irlanda tem dificuldade em fazer investimentos por causa das regras do PEC e que seria importante que a União Europeia considerasse que esses investimentos, geradores de empregos, não fossem contabilizados para efeitos da dívida. Concluiu afirmando que, no final, os políticos serão avaliados pelos empregos que criarem nos seus países e não pelas condições para a criação de emprego no futuro.

Finalmente, tomou a palavra **Danuta Jazlowiecka**, Deputada ao Parlamento Europeu e *Rapporteur* do parecer da Comissão EMPL sobre a Proposta de Regulamento do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, para referir que o Plano de Investimento apresentado pela Comissão Europeia é uma iniciativa muito importante, mas não é suficiente para criar os empregos que a Europa necessita. Aludiu ao calendário do Parlamento Europeu, considerando que as comissões estariam em condições para votar até ao final de abril e que o plenário votaria no final de maio. Acrescentou que o calendário visa garantir que no segundo semestre de 2015, o Fundo já esteja a funcionar. Considerou ainda que é necessário uma previsibilidade maior para que estes investimentos possam ter sucesso e possam chegar à economia real. Concluiu referindo que têm de ser criadas condições para que os investimentos públicos e privados sejam concretizados.

No debate que se seguiu foram abordados os seguintes temas: a necessidade de equilíbrio entre emprego e coesão social, sem negligenciar o equilíbrio orçamental; inclusão do critério da criação de empregos na pré-seleção dos projetos de investimento; importância das Pequenas e Médias Empresas; necessidade de estímulos ao emprego para lá do Plano de Investimento; circunstâncias específicas de cada país devem ser tidas em consideração; não existência de um mercado laboral, mas sim 28 com diferentes regras, diferentes salários e diferentes condições; possibilidades reais de sucesso do “Plano Juncker”; sistema de alavancagem e efeito multiplicador; participação dos Estados no Fundo; e parcerias público-privadas.

A Senhora Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu, **Maria João Rodrigues**, interveio neste painel para referir que é um bom sinal o consenso existente sobre a necessidade deste Plano de investimentos. Considerou que este Plano é necessário para que a criação de emprego e o crescimento sejam possíveis. No entanto, para que tal ocorra, referiu que a seleção dos projetos



deveria ter em conta aqueles que evidenciassem a criação de emprego, mas também a qualidade do emprego. Relativamente à capacidade de alavancagem do Fundo, considerou que sem a verificação do efeito multiplicador, terá de existir uma forte contribuição dos Estados-Membros, no entanto, tal só poderá ocorrer se forem criadas vantagens indexadas a essa participação. Finalmente, referiu que a cooperação com os Parlamentos nacionais é essencial para que este Plano de Investimento seja uma realidade.

Marita Ulvskog, Presidente em exercício da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, concluiu a reunião, agradecendo a presença e participação de todos, e confidenciando que é um bom sinal discutir-se investimentos e não cortes.

A sessão de trabalho relativa à Comissão EMPL está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20150203-1115-COMMITTEE-EMPL>

2.3. Sessão de trabalho organizada pela Comissão dos Orçamentos (BUDG)

Esta sessão de trabalho foi subordinada ao tema “**O défice de pagamentos do orçamento da UE: o impacto sobre as autoridades locais, PME e associações e soluções comuns**” e contou com as alocações produzidas pelo Presidente da Comissão BUDG, **Jean ARTHUIS**, pela Vice-Presidente da Comissão BUDG e Recursos Humanos, **Kristalina GEORGIEVA**, pelo Vice-Presidente de EUAC do Senado polaco, **Andrzej GAŁAŻEWSKI**, pelo Presidente da Comissão Estratégia europeia e internacional do Conselho Regional dos Países do Loire, **Jean-Noël GAULTIER**, e pelo Presidente da Câmara de Arrollo de la Luz, da Extremadura de Espanha, **Santos JORNA**.

Importa destacar que foi presente a esta reunião o documento de trabalho intitulado “**Background document on the payments shortfall in the EU Budget**” - (Interparliamentary committee meeting organised by the Committee on Budgets).

A sessão de trabalho relativa à Comissão BUDG está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20150203-1115-COMMITTEE-BUDG>

3. Sessão plenária: “Análise da Estratégia da UE 2020 e as prioridades para o ciclo 2015 do Semestre Europeu”

*Esta sessão foi co-presidida pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri** e pela Presidente interina da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, **Marita Ulvskog**.*

3.1. Conclusões das reuniões interparlamentares



*Esta sessão foi iniciada com a apresentação das conclusões das reuniões interparlamentares e considerações sobre o assunto pelos **Presidentes das Comissões ECON, EMPL e BUDG.***

Em síntese, apresentam-se as principais conclusões:

Da reunião interparlamentar da **Comissão ECON**:

- A cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, no quadro da fraude e evasão fiscais e da responsabilização no seio da União Bancária deve ser desenvolvida;
- Sobre a diferença entre fraude e evasão fiscais de que forma a Comissão ECON vai tratar do assunto;
- A posição que foi partilhada pelos participantes: urgência no avanço desta matéria. Compromisso de que na próxima reunião, no ano seguinte, se proceda à análise da forma jurídica a adotar, neste domínio. O Parlamento Europeu irá apresentar um relatório sobre a iniciativa legislativa;
- Em matéria de supervisão centralizada da UE, necessidade de desenvolver o mecanismo de controlo;
- Analisar um novo modelo de supervisão com vista a evitar que seja o contribuinte a pagar pelas crises, incluindo parâmetros como: resistência financeira; garantia de depósitos; aplicações do novo sistema de supervisão única relacionada com os mecanismos de supervisão.

Da reunião interparlamentar da **Comissão EMPL**:

- Os indicadores sociais e de emprego apresentam desequilíbrios excessivos;
- Os empregos são mal pagos e de baixo nível;
- Aumento do trabalho precário e aumento crescente da insegurança no emprego e desemprego, nomeadamente desemprego jovem;
- Foi salientado que as contribuições dos Estados-Membros devem ser excluídas do cálculo da dívida; os investimentos feitos no quadro do Plano de Investimentos, excluídos do défice orçamental, têm um impacto significativo no domínio do crescimento económico e na criação de empregos de qualidade.

Da reunião interparlamentar da **Comissão BUDG**:

- As faturas por pagar (constituem dívidas dos Estados-Membros) e os atrasos dos pagamentos até que ponto prejudicam o investimento e as implicações nos domínios dos fundos europeus, do crescimento e do emprego, da confiança dos investidores e na imagem da UE;
- As eleições para o Parlamento Europeu realizadas no ano anterior foram reveladoras da situação acima descrita;

- Necessidade de reforço da cooperação entre o parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais
- A decisão política reside no compromisso para efetuar pagamentos e de que forma proceder ao apuramento das dívidas;
- A UE deve decidir sobre as prioridades e duração do Quadro Financeiro Plurianual; há que facilitar o sistema de controlo mas existem também derivas por parte das administrações nacionais; a UE tem muitas regras mas dispõe de poucos instrumentos;
- Foi considerado importante aguardar as conclusões do grupo interinstitucional sobre o sistema de recursos próprios, liderado por Mário Monti, após o que, os Parlamentos nacionais terão a oportunidade de debater os resultados dos trabalhos, numa conferência interparlamentar a decorrer em 2016.

3.2. Intervenção do Vice-Presidente da Comissão e Comissário Europeu para as pastas do Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen.

Jyrki Katainen começou por traçar a evolução do caminho já percorrido e a percorrer para serem alcançadas as reformas estruturais, envolvendo a responsabilidade de todos, salientando que a Comissão Europeia tinha procedido à análise do ponto de situação da Comunicação sobre este assunto, em março de 2014, por ocasião da receção de cerca de 800 contributos, no quadro da respetiva consulta pública. Contudo pretendiam ainda aprofundar essa análise.

No âmbito dos investimentos pronunciou-se sobre o primeiro Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – encontrando-se em análise o seu regulamento - e sobre a criação de um corpo com vista a agregar investidores e projetos.

A União da Energia e o mercado único digital foram também assinalados como áreas relevantes, sendo do conhecimento da Comissão o acompanhamento pelo Parlamento Europeu.

Igualmente se pronunciou sobre o Semestre Europeu e a ligação à Estratégia da UE 2020, designadamente no que se refere às recomendações específicas por país.

Sobre a Análise Anual de Crescimento era esperado que o Parlamento Europeu concordasse com a abordagem efetuada pela Comissão Europeia. Haveria um acordo em matéria da abordagem dos 3 pilares – análise do crescimento, acelerar as reformas estruturais e a consolidação orçamental. Os investimentos deviam ultrapassar o défice de confiança dos Estados-Membros; os Estados-Membros deviam implementar as reformas estruturais; deviam ser diminuídas as barreiras, salientando o papel a desempenhar pelas PME. Para este conjunto de parâmetros ser bem sucedido, as informações provenientes dos Estados-Membros apresentam grande utilidade, considerando o maior envolvimento dos Parlamentos nacionais.

Outros assuntos destacados pelo Comissário relacionam-se com o relatório da Comissão sobre o Emprego e Assuntos Sociais, no que se refere à Análise Anual de Crescimento, surgindo o



Semestre Europeu como o único e importante mecanismo em uso na UE, para o efeito. Era necessário rever as estratégias das reformas estruturais, de entre as quais, as reformas laborais.

O orador fez também menção ao relatório sobre a governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu 2014, abordando a forma de legislar e as possibilidades que existem em comum na Europa e que não têm sido potenciadas.

Em seguida, decorreu o período dedicado ao debate e neste âmbito intervieram os Senhores Deputados Ivo Oliveira (PS), Paulo Sá (PCP) e João Figueiredo (PSD).

O **Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS)** começou por se referir ao Plano de Investimentos, classificando-o como um fator positivo e perguntou de que forma iria funcionar o efeito multiplicador. No caso português verificava-se uma taxa de desemprego muito elevada, havia problemas nos serviços de saúde e os jovens estavam a ser deixados para trás. Era pois necessário uma rápida revisão da Estratégia 2020 e a necessidade de criar mais riqueza na Europa.

O **Senhor Deputado Paulo Sá (PCP)** interveio para se pronunciar sobre a situação contraditória que colocava de um lado a criação de empregos de qualidade e bem remunerados e do outro lado, como o que acontecia em Portugal, a destruição de postos de trabalho e o aumento da taxa de desemprego, a precariedade do emprego, o congelamento das carreiras profissionais e a emigração maciça dos jovens que não encontram perspetivas de emprego. Referindo-se à COM(2014)902 sobre a Análise Anual de Crescimento para 2015 considerou impressionante que fosse feita menção às reformas levadas a cabo em Portugal nos últimos anos como exemplo de reformas estruturais eficazes. Os beneficiários da Estratégia de Lisboa não tinham sido as classes mais desfavorecidas. Era necessária uma rutura com estas políticas, garantindo os direitos dos trabalhadores. Na Estratégia de Lisboa, aprovada há quinze anos, os líderes europeus tinham prometido alcançar o pleno emprego e a erradicação da pobreza, o que tinha constituído promessas vãs. Em Portugal o desemprego tinha atingido máximos históricos e a pobreza alcançado 26% da população, sendo que um em cada 3 cidadãos eram pobres. Considerava que esta Estratégia 2020 tinha como objetivo a flexibilização laboral e a liberalização do setor estratégico de serviços públicos essenciais.

O **Senhor Deputado João Figueiredo (PSD)** na sua intervenção começou por referir que a Europa só podia avançar se houvesse confiança. Portugal tinha honrado os seus compromissos, ao levar a efeito as reformas estruturais. O processo de ajustamento embora tivesse implicado uma taxa de desemprego de 18%, sendo este valor semelhante ao verificado em 2011, salientava contudo, que também tinha existido a criação de novos postos de trabalho. O programa de ajustamento tinha sido feito de forma equilibrada, com determinação e sentido de responsabilidade. Com a Estratégia 2020, Portugal 2020 representaria uma oportunidade social para transformar-se num país mais equilibrado, apostando na implementação de instrumentos como o do emprego jovem.

3.3. Intervenção do Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, Roberto Gualtieri sobre “Os Ciclos 2014 e 2015 do Semestre Europeu e os desafios futuros da reforma da governação económica”

Roberto Gualtieri usou da palavra para questionar se o Semestre Europeu (a Análise Anual de Crescimento) constituía a estratégia ideal ou se seria necessário rever os objetivos a longo prazo e, ainda, se os instrumentos de governação seriam os adequados. Todas estas questões se encontravam interligadas. Não se pretendia uma tomada de posição unânime, mas os números falavam por si, referindo-se aos valores do emprego e a aspetos lacunares do investimento. O caminho prosseguido até 2011 tinha sido em paralelo com o dos EUA mas depois tinha-se registado o período de recessão, criado pelos próprios europeus. O Presidente Juncker tinha mencionado que a UE entendida como um governo económico devia reduzir os aspetos complicados da política, e nesse sentido tinha apresentado uma proposta, à qual se devia reagir. Essa proposta rompia com o passado, consubstanciando-se no Plano de Investimentos. Havia que acelerar o processo das reformas estruturais e concretizar uma consolidação orçamental compatível com o crescimento e a dimensão social. Competindo aos Deputados fazer com que a Estratégia 2020 fosse tornada eficaz, era relevante assegurar a cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais. Tratava-se do controlo democrático do Plano. Para que o equilíbrio geográfico fosse alcançado os Estados-Membros deviam envolver-se. E neste sentido, apelava a que os Parlamentos nacionais exercessem a sua influência junto dos respetivos Governos. A consolidação orçamental pretendia-se compatível com a vertente do crescimento e por isso assumiam particular relevância a cláusula de flexibilidade e as reformas estruturais, necessitando esta de convergência, nomeadamente no cumprimento das regras. Assim, havia que associar a Estratégia 2020 à política económica do Semestre Europeu.

Dia 4 de fevereiro de 2015 - Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação

1. Sessão plenária: “*New Deal* europeu: encorajar o investimento público e privado para o crescimento do emprego na Europa”

*A sessão foi co-presidida pelo Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, pelo Vice-Presidente do Parlamento Europeu, **Olli Rehn** e pela Presidente da Saeima da Letónia, **Ināra Mūrniece**.*

Intervieram o Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, que se referiu à futura decisão sobre os critérios para a seleção dos projetos, no quadro do Plano de Investimentos e o regresso ao método comunitário e ainda, ao Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos associado aos contributos financeiros dos Estados-Membros; a Presidente da Saeima da Letónia, **Ināra Mūrniece** para aludir à consolidação orçamental em termos equilibrados, à necessidade de dar segurança aos cidadãos e à necessidade de se encontrarem soluções coletivas (pagamento de impostos, empreendedorismo) e ainda, no quadro da atual Comissão Europeia, à nova parceria

com os Parlamentos nacionais; o Comissário Europeu para os assuntos económicos e financeiros, fiscalidade e alfândegas, **Pierre Moscovici** para traçar a evolução do Plano de Investimentos e referir a seleção dos projetos por um Comité de Peritos, sobre a criação de um centro de aconselhamento de investimento europeu orientado para setores de atividade específicos, a necessidade de avançar com as reformas estruturais e a conclusão do mercado interno; o Vice-Presidente **Wilhelm Molterer** para se centrar nas questões relativas aos desafios sobre a consolidação dos orçamentos públicos, ao mercado interno e às reformas estruturais dos Estados-Membros; e o Presidente da Comissão do Orçamento, **Jean Arthuis** para se pronunciar sobre o projeto político do euro, as eleições de maio e o convencimento dos cidadãos e, ainda, a necessidade de constituir um verdadeiro governo da zona euro.

Seguiu-se o período de debate no qual interveio o **Senhor Deputado Paulo Sá (PCP)** que começou por considerar que os baixos níveis de investimento público e privado não tinham permitido um crescimento económico sustentado e significativo. Em Portugal a aplicação de políticas de austeridade pela Troica tinha conduzido o investimento público e privado para os níveis mais baixos dos últimos 25 anos. Não era suficiente falar do crescimento do investimento mas sim criar as condições para que esse crescimento acontecesse. Os encargos anuais com a dívida pública tinham aumentado 20% desde 2010 e, em 2015, previa-se que ultrapassariam os oito mil milhões de euros, montante que representava o dobro do investimento público. À medida que os juros anuais da dívida pública aumentam, o investimento público diminui. As medidas de consolidação orçamental tinham levado à excessiva contração da procura interna e, conseqüentemente, à diminuição do investimento privado. Depois de anos de profunda recessão económica, o crescimento era agora muito fraco, sem perspetiva de melhoria. Apesar do fim formal do programa da Troica, em maio de 2014, considerava que o Governo português continuaria na linha da austeridade, por via do Tratado Orçamental e que este representava o maior entrave ao crescimento e à criação de emprego, pois as suas metas não eram alcançáveis e o seu cumprimento implicaria a estagnação económica em Portugal. A UE devia dar início ao processo de revogação do Tratado Orçamental e promover um programa de apoio aos países lesados pela aplicação do PEC e pela concretização da União Económica e Monetária.

A final, **Martin Schulz** concluiu pela necessidade de serem tomadas novas medidas para a reforma da economia europeia; que a diminuição da taxa de investimento era a causa e resultado da competitividade – fugas de investimento para países asiáticos e Brasil; havia que tomar medidas rumo à reforma dos impostos e a um mercado com menos barreiras; a Europa tem que competir no mercado mundial em termos de qualidade – com empregos de elevada qualidade e bem remunerados, com investigação e desenvolvimento. Em matéria de críticas, salientava que o Plano de Investimentos devia ser mais verde e ir mais longe, no quadro de um modelo de bem-estar, no futuro, encorajando a inovação. Destacava a necessidade de envolvimento e de aproximação dos Estados-Membros, sendo que o *New Deal* sem essa componente não se concretizaria plenamente. Era preciso uma cooperação forte entre os Parlamentos nacionais e as instituições europeias.

2. Sessão plenária: “Consolidação orçamental e reformas estruturais: balanço e boas práticas na implementação do pacto Orçamental”



*A sessão foi co-presidida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri** e pelo Presidente da Comissão do Orçamento e Finanças da Saeima da Letónia, **Kārlis Šadurskis**.*

Roberto Gualtieri introduziu o tema em apreço e centrou-se na necessidade de se refletir sobre a consolidação orçamental e as reformas estruturais, estabelecendo o paralelo com o que é necessário para o planeamento das famílias: evitar contrair empréstimos, fazer poupanças e rever as despesas. Considerou que a consolidação orçamental e as reformas estruturais devem orientar-se para o domínio da competitividade e para a questão de como viver bem nos Estados-Membros, no futuro.

Em seguida, procedeu à sua alocução o Ministro das Finanças da Letónia, **Jānis Reirs**, que começou por referir que o seu país tinha assumido a presidência do Conselho da UE, num período difícil da União em que se verificava uma elevada taxa de desemprego e um fraco nível de crescimento económico. Contudo, para renovar este crescimento, a consolidação orçamental e as reformas estruturais assumiam um relevante papel, com vista a reduzir os impactos negativos, no futuro. Os fatores que tinham contribuído para o fraco crescimento podiam ser encontrados nos diferentes ciclos económicos e aspetos de disciplina orçamental e a sua repercussão nos outros Estados-Membros. Importava dar atenção à identificação de desequilíbrios económicos, sendo que, iniciativas que implicassem despesas adicionais poriam em causa as reformas estruturais. Eram necessárias medidas de monitorização e vigilância no acompanhamento dessas reformas. Em seguida, traçou, em síntese a situação da Letónia relativamente a estes aspetos.

O Vice-Presidente do Parlamento Europeu, **Olli Rehn** começou por fazer o ponto de situação desde 2008, sobretudo nos cinco anos, após a crise da zona euro. Em 2013-2014 as economias europeias tinham regressado ao crescimento mas a consolidação orçamental não tinha sido materializada (crise na Ucrânia e na Rússia, o Médio Oriente, a sombra da deflação). Entretanto, a situação tinha mudado, verificando-se a queda rápida do preço do petróleo, a política de expansão monetária do BCE e a economia dos EUA que se encontrava em fase de crescimento e a criar postos de trabalho com impacto no resto do mundo. Porém, estes fatores, por si só não eram suficientes para promover o crescimento. Havia necessidade de imprimir uma melhor coordenação de políticas na UE e para isso importava ter em conta: trabalhar em várias frentes (para além do Banco Central Europeu); instar os Estados-Membros a intensificarem o mercado de trabalho; a Comissão Europeia e os Estados-Membros deviam assegurar que o montante dos 315 mil milhões fossem transformados em ações concretas. Em matéria de Tratado Orçamental os Estados-Membros deviam adotar as melhores práticas, tendo em conta as especificidades de cada um, no quadro da regra do reequilíbrio a curto prazo. Três elementos são essenciais para o crescimento económico sustentável: política monetária mais acompanhada; consolidação orçamental mais coerente, sobretudo no contexto da adesão aos critérios de estabilidade; e a intensificação das reformas estruturais. Por fim, considerou que é preciso renovar o modelo social e económico na Europa.

A intervenção seguinte coube a **Dominic Hannigan**, Presidente da Comissão conjunta de Assuntos Europeus do Parlamento Irlandês – uma vez que o Presidente do Eurogrupo, Jeroen



Dijsselbloem, não pode comparecer à sessão - para se pronunciar sobre a situação na Irlanda relativamente ao referendo e ao Pacto Orçamental.

No debate que se seguiu intervieram os Senhores Deputados Paulo Mota Pinto (PSD) e Eduardo Cabrita (PS), seguido do período de respostas pelos membros do painel.

O **Senhor Deputado Paulo Mota Pinto (PSD)**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, usando da palavra referiu-se à situação de Portugal no quadro do programa de ajustamento a que esteve submetido. Porém, em 2014 a economia tinha crescido 1% e o desemprego tinha diminuído, esperando-se atingir em 2015 um défice abaixo dos 3%. Sublinhou a importância da questão relativa às interconexões entre Portugal, Espanha e França e resto da Europa, no quadro do mercado interno de energia. As regras, no contexto da governação económica, devem aplicar-se a todos os Estados-Membros, sem que nenhum fique para trás, mas não deve acumular-se dívida sobre dívida. Os esforços dos países que foram submetidos a programas de ajustamento tinham sido dolorosos e, embora existissem diferenças nas circunstâncias e especificidades entre aqueles, as regras deviam ser aplicadas a todos, atendendo aos efeitos no Pacto Orçamental. O consenso interno exige maior acordo entre os partidos e mais apoio da UE.

O **Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PS)**, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública interveio para lamentar a ausência do Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, atendendo à importância da sua participação para o debate com os Parlamentos nacionais. Considerava a necessidade de se refletir sobre as deficiências do Tratado Orçamental, uma vez que este não tinha dado resposta aos domínios do crescimento e do emprego. Igualmente, mereciam destaque as novas decisões do Banco Central Europeu, que deveriam ter tradução na economia real; a prioridade a dar ao investimento público e privado; aos transportes; e à flexibilização do Tratado Orçamental. Não era apenas o caso grego a ponderar porque a estratégia da anterior Comissão Europeia tinha acentuado a crise. O formato adotado pela Troica, em Portugal, tinha implicado a quebra da competitividade. A coesão do projeto europeu passava pela implementação do investimento e da inovação. Sem crescimento não era possível pagar a dívida.

3. Sessão plenária: “Reforço da dimensão social da UEM”

*A sessão foi co-presidida pela Presidente interina da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, **Marita Ulvskog** e a Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento da Letónia, **Aija Barča**.*

Aija Barča pronunciou-se sobre a inclusão social e a importância das políticas sociais como competências dos Estados-Membros e ainda sobre as reformas estruturais. Neste caso, cumpria definir quais as despesas prioritárias e refletir sobre as opções de âmbito orçamental na UE que poderiam vir a ter impacto nos países, sendo que a utilização dos fundos comunitários devia ser monitorizada. Por fim, expôs a situação vivida na Letónia.



Marita Ulvskog interveio, em seguida para se referir à participação da mulher no mercado laboral, negativamente afetada, aos empregos de má qualidade e à concorrência com os mercados da China e Índia.

Produziram alocações o Vice-Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional Francesa, **Pierre-Alain Muet** para se referir à necessidade de estabilidade financeira, mas também, de emprego e à falta de solidariedade entre nações e a sua implicação na zona euro; o Vice-Presidente da Comissão Europeia encarregue do Euro e do Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis** para se centrar na ligação entre políticas económicas e sociais, na conclusão das estruturas de governação, no reforço dos aspetos sociais na UEM, cujo pacote seria apresentado ainda em 2015 e no planeamento da Cimeira de Alto Nível, em 5 de março, com o propósito de envolver os parceiros sociais; o Diretor-Geral da OIT, **Guy Ryder** interveio para se focar na forma como se deveria reforçar a dimensão social na UEM, sobre os desempregados de longo prazo e a qualidade dos empregos, e ainda sobre o combate ao trabalho não declarado.

O período de debate foi depois iniciado e neste âmbito interveio o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS). Seguiram-se as respostas pelos membros do painel.

O **Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS)** iniciou a sua intervenção, destacando a necessidade de existir coesão na UE. Para Portugal o euro tem um valor de moeda que não está adequado. O país tinha passado por uma forte crise, tendo afetado a dimensão social, designadamente na área da saúde. A diminuição dos rendimentos e o trabalho precário tinham tido implicações no decréscimo da natalidade, na vertente alimentar e na saúde mental dos cidadãos. Deviam ser utilizados mais fundos estruturais no setor social a fim de conferir melhores níveis de bem-estar e de dignidade. Teria que existir também, mais coesão entre os países, rumo a uma Europa melhor.

Assembleia da República, 13 de maio de 2015